



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Fundamentos Teóricos da Política Social.

Formação Nacional e Política Social em Capitalismo Dependente

Thiago Marques Mandarinho¹

Resumo: O presente artigo realiza uma análise crítica dos limites que as políticas sociais encontram para lidar com a questão social em um capitalismo dependente, especificamente no Brasil. Para tanto, entende-se o Estado de Bem Estar Social como uma experiência restrita a um determinado espaço geográfico e momento histórico. Em segundo lugar, trata-se a questão social como elemento indissociável da própria dinâmica de acumulação capitalista, portanto, problema insolúvel nos marcos do atual modo de produção. Por fim, ao alinhar formação nacional frente a padrões de dominação externa, evidencia-se que o capitalismo brasileiro só se reproduz ancorado na dependência externa e profunda desigualdade social interna, restringindo enormemente o alcance das políticas e a garantia de direitos sociais.

Palavras-Chave: Estado de Bem Estar Social; Formação Nacional; Dependência; Política Social.

National Formation and Social Policy in Dependent Capitalism

Abstract: This article performs a critical analysis of the limits that social policies find to deal with the social issue in a dependent capitalism, specifically in Brazil. For this purpose, the Welfare State is understood as an experience restricted to a certain geographical space and historical moment. Secondly, the social issue is treated as an inseparable element of the capitalist accumulation dynamics itself, therefore, an insoluble problem inside the current mode of production. Finally, by aligning national formation and patterns of external domination, it is evident that Brazilian capitalism only reproduces itself anchored in external dependence and deep internal social inequality, greatly restricting the scope of policies and guarantee of social rights.

Keywords: Welfare State; National Formation; Dependency; Social Policy.

1 Introdução

O capitalismo tem como imanes leis gerais de desenvolvimento, e contradições, que se manifestam em qualquer parte em que se objetiva. Isso não significa, contudo, a inexistência de leis particulares, conforme se alteram os padrões de acumulação capitalistas, acirrando e complexificando tendências anteriores. Tampouco, implica que todos os territórios em que vige este modo de produção desfrutem de condições iguais de existência.

¹Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor Adjunto 4 do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (UFVJM). Membro pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB). E-mail: thiago.mandarinho@ufvjm.edu.br

Nas Américas, por exemplo, o desenvolvimento é delimitado pela reprodução do capitalismo em âmbito mundial, que em suas diferentes fases estabelece novas formas de articulação entre as economias centrais e periféricas, num processo de desenvolvimento desigual e combinado que tende a se perpetuar ao longo do tempo.²

As políticas sociais estão associadas ao modo capitalista de produzir e reproduzir-se, ganhando maior amplitude na “era de ouro”.³ Um ponto central no conflito de classes, as políticas sociais são delimitadas pelas condições econômicas e pelas forças sociais em disputa (BEHRING, 2006). Ou seja, o Estado e as políticas sociais assumem materialidades distintas nos países em que se objetivam.

Diante do exposto o presente artigo vislumbra, como objetivo central, analisar as possibilidades e limites das políticas sociais para lidar com a questão social em países dependentes, mais especificamente o Brasil. Para tanto, primeiramente se discute as origens e a crise do Estado de Bem Estar⁴ para evidenciar que o capitalismo “humanizado” possui limites, tanto de cunho geopolítico - razão que torna tais experiências menos contundentes em alguns países e inobserváveis em outros; quanto de cunho histórico, como algo restrito a uma conjuntura e momento irreprodutíveis.

Num segundo momento, desvela-se a relação entre os padrões de dominação externa e a formação nacional brasileira. O intuito é mostrar que esse processo ensejou uma dupla articulação,⁵ essencial ao capitalismo brasileiro, entre dependência externa (oriunda de uma matriz colonial que limita a autonomia do Estado Nacional na

² De modo que o capitalismo periférico: “[...] se caracteriza pela reprodução de uma série de nexos econômicos e políticos que bloqueiam a capacidade de as economias controlarem seu tempo histórico. O problema é que a posição subalterna na economia mundial e a falta de controle social sobre o processo de acumulação comprometem as propriedades construtivas do capitalismo como motor do desenvolvimento das forças produtivas e exacerbam suas características anti-sociais, anti-nacionais e antidemocráticas” (SAMPAIO JR., 1997, p. 100).

³ O historiador Eric Hobsbawm (1995), denomina como Era de Ouro do capitalismo o período compreendido entre o imediato pós Segunda Guerra e a crise do início dos anos 1970. Segundo o autor, os anos dourados combinaram crescimento econômico com ampliação da produtividade, do emprego e do consumo, além de terem sido palco de movimentos que alteraram significativamente as formas de ver o mundo, como os movimentos feministas, os negros e a contracultura jovem.

⁴ Na literatura, dependendo da tradução e da língua, lê-se também Estado de Bem-Estar Social, Estado Providência ou Welfare State

⁵ A dupla articulação, como marca do capitalismo dependente, é um conceito desenvolvido por Fernandes (2005)

determinação de diretrizes políticas e no uso do fundo público) e profunda segregação social interna (que deita raízes no passado escravocrata e contribui para a conformação de um padrão autocrático de dominação burguesa). O que compromete as potencialidades das políticas sociais como garantidoras de direitos sociais mais amplos.

2 Questão Social, Política Social e Estado de Bem Estar Social

O tema da Política Social é alvo de amplo debate⁶ e por isso será brevemente tratado neste artigo a particularidade geográfica e histórica das experiências do Estado de Bem Estar Social. Articuladamente, busca-se refutar a tese da existência de uma “nova questão social”, pois tal linha analítica mistifica tendências imanentes ao modo de produção capitalista.

O surgimento da política social não se confunde com a experiência social-democrata do Estado de Bem Estar, mas precede e sucede-a. Isto é, não são fenômenos equivalentes (PEREIRA, 2011). Ademais, as políticas sociais são fruto das formas assumidas pela luta de classes cada etapa histórica do desenvolvimento capitalista e em cada formação nacional. Operadas pelo Estado burguês, as políticas sociais garantem a permanência do capital como relação social *pari passu* figuram como conquistas da classe trabalhadora e sua luta (BEHRING, 2006, 2016; NETTO, 2001; 2011).

Em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção, vis à vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário (BEHRING, 2006, p. 1-2).

Existe, assim, correspondência entre o desenvolvimento do capitalismo industrial e a aparição da política social, sendo o período de fins do século XIX (ascensão do imperialismo) o marco inicial (BEHRING, 2016; 2006; NETTO, 2011). Tal período testemunhou mudanças na estrutura econômica e sistema político dos capitalismos centrais, exigindo intervenções estatais e inaugurando uma nova época de proteção social. É um período de afirmação da burguesia como classe dominante e do proletariado como

⁶ Romero (1998) assinala a complexidade de se definir com precisão o que é a Política Social, pois tem imbricações com a ideologia dominante e a visão de mundo dos autores.

classe, fazendo surgir a questão social (divórcio entre a ordem jurídico-política fundada no reconhecimento de direitos do cidadão e a ordem econômica que acarreta miséria) e a necessidade de mediação do Estado (PEREIRA, 2011).

Porém, esse Estado Social⁷ (adaptação do Estado liberal burguês à civilização industrial), que reconhece e garante direitos, não deve ser confundido com o Estado de Bem Estar Social, típico de alguns países da Europa Ocidental e que teve vigência entre o imediato pós Segunda Guerra e a crise dos anos 1970, ancorado na garantia de um nível mínimo de vida aceitável a todos os cidadãos (ROMERO, 1998).

2.1 O Contexto Histórico do Estado de Bem Estar Social

O período que marca a transição do capitalismo de sua fase concorrencial para uma etapa superior: o imperialismo (ou fase monopolista), altera os papéis assumidos pelos países na divisão internacional do trabalho e a dinâmica da luta de classes (LENIN, 1979).

O período concorrencial do capitalismo possui como expressão teórica e ideológica da burguesia o liberalismo clássico. A “mão invisível” do mercado, via concorrência, seria capaz de garantir, em meio à avareza humana, um bem estar generalizado. Sobraria assim ao Estado um papel secundário, de defesa nacional e garantia da propriedade privada, com conseqüente naturalização das mazelas sociais e responsabilização dos indivíduos por suas condições, esvaziando a política e o Estado como espaços de luta por melhores condições de existência (BEHRING, 2006). Isto é, se as livres forças de mercado e a iniciativa própria são vistas como capazes de extrair o melhor dos indivíduos e da sociedade, toda atuação do Estado em busca de maior igualdade põe em risco a eficácia do mercado, podendo gerar, ao final, maior pobreza e desigualdade (ROMERO, 1998).

A crise de 1873, fruto do processo de concentração e centralização de capitais, abala os pilares do liberalismo clássico. O fordismo e a Revolução Russa dão maior poder organizativo aos operários, o capital monopolista faz ruir as possibilidades do empreendedor individual⁸ e a crise de 1929 leva ao questionamento dos pressupostos

⁷ Pisón (1998) não faz distinção entre Estado Social e Estado de Bem Estar Social.

⁸ E desloca a concorrência para o campo internacional, o que guarda relações com as duas grandes

liberais e ao redesenho do papel do Estado nesta etapa do imperialismo (BEHRING, 2006).

Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento de sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe assegurar um consenso que assegura o seu desempenho (NETTO, 2011, p. 23).

Reconhecer o Estado como espaço em que a burguesia opera sua hegemonia, inclusive através da política social, não implica a concordância com a crítica feita por Coimbra (1987) ao que ele denominou marxismo funcionalista, caminho também trilhado por Pisón (1998). Ao destacar o papel que o Estado passa a exercer em prol da burguesia, não se abre mão de que isso faz parte de um todo extremamente complexo, que envolve muitos protagonistas, contradições, demandas e conflitos.⁹

De inspiração keynesiana, o Estado de Bem Estar passa a ser responsável por atuar de maneira anticíclica frente às oscilações do capitalismo. Isto é, o imediato pós segunda guerra dota o Estado de responsabilidade tanto para evitar novas ondas depressivas, como para garantir o consumo das classes trabalhadores, além de atuar regulando a força de trabalho (via previdência, saúde, educação) (BEHRING, 2006; NETTO, 2011).

A política social e os direitos sociais, como fruto da contradição em cada período histórico, compõem a pauta político-econômica dos trabalhadores tendo em vista sua reprodução, na forma de benefícios e serviços que se constituem como salários indiretos, e tornam-se especialmente importantes quando se combinam com estruturas tributárias progressivas, ou seja, que incidem sobre o lucro, o juro e a renda da terra, sobre as grandes fortunas. Nessa circunstância histórica, relacionada à experiência social-democrata pós-Segunda Guerra Mundial houve algum nível de redistribuição vertical de renda, como no caso dos países escandinavos (BEHRING, 2016, p. 17).

É difícil elencar um rol específico de políticas que configuram um Estado de Bem

guerras.

⁹ “A importância de lembrarmos a natureza contraditória da política social reside no fato de que é graças a essa natureza que a referida política pode atender demandas e necessidades sociais no mesmo passo em que é capturada pelo capital para servir aos seus interesses. Além disso, importa reconhecer que a política social não é unívoca, isto é, não é idêntica em todos os tempos e lugares; e dada a possibilidade de ser, num mesmo momento e espaço geográfico, positiva e negativa para o trabalho e o capital, ela nunca poderá ser pensada como um recurso exclusivo das forças dominantes” (PEREIRA, 2013, p. 17); ou “(...) a proteção social, tal como a conhecemos hoje, mais do que ser produto da industrialização, foi resultado do embate entre os trabalhadores e um tipo particular de padrão de acumulação, o padrão taylorista/fordista. Como se verá mais adiante, entende-se que o WS era funcional para esse padrão de acumulação, o que está longe de significar que foi criado para servi-lo” (MARQUES, 2015, p. 10).

Estar.¹⁰ Para Pisón (1998), este Estado não é a contraposição ao liberal, mas desenvolvimento ulterior da vida política que se identifica com o Estado moderno. Os direitos sociais seriam símbolo do aprofundamento e legitimação das liberdades individuais (civis e políticas), não sua negação nem a evolução automática de gerações de direitos. Já para Romero (1998), o Estado de Bem Estar Social é fruto da social-democracia europeia e de uma situação política em que os partidos socialistas e comunistas abandonam o caminho revolucionário e aceitam as reformas possíveis de se conseguir sob um regime parlamentar democrático.

Marques (2015) vê o *Welfare State* como uma segunda fase da construção da proteção social. Na primeira, a cobertura estava dirigida para os trabalhadores urbanos, via tributação de empregados e empregadores e capitalização coletiva (sem benefícios definidos, portanto). Já no pós segunda guerra, o padrão fordista se torna hegemônico e há ampliação dos grupos populacionais e dos riscos e problemas sociais cobertos.

Independentemente do autor que se tome como referência, contudo, há certo consenso de que este curto espaço de tempo, a “era de ouro” do capitalismo, foi aquele em que a questão social foi mais amenizada e a ampliação dos direitos sociais e das condições de vida foram garantidos pelas políticas sociais. Contudo, como já apontado, esse alvissareiro lapso de capitalismo “humanizado”, além de não debelar suas contradições - que se manifestariam intensamente logo adiante – esteve bastante restrito a um rol de países, destacadamente os escandinavos, e a este período e conjuntura histórica, que se alterariam profundamente com a crise dos anos 1970.

2.2 Crise do Capital e do Estado de Bem Estar: nova questão social?

Entre fins dos anos 1960 e meados de 1970, o ciclo expansivo característico dos anos dourados sofre uma inflexão, graças a uma crise do capital¹¹ que imporia uma onda

¹⁰ Pereira (2011), elenca três conjuntos inter-relacionados de intervenção pública que caracterizam as origens do Estado de Bem Estar: introdução do seguro social (não mais culpabilizando os pobres por sua situação); extensão da cidadania (ampliando o leque de benefícios e serviços como direito do cidadão – não do pobre); crescimento do gasto social (incorporação das políticas sociais no orçamento).

¹¹ Para Mészáros (2009), esta seria uma crise estrutural (não conjuntural) do capital, graças à universalidade quanto aos ramos de produção envolvidos, ao caráter global, à escala de tempo

longa de estagnação, sem que as breves tentativas de recuperação via políticas keynesianas surtiram o efeito esperado (MANDEL, 1982). Neste contexto, o poder de barganha da classe trabalhadora e os gastos do Estado de Bem Estar Social aparecem como culpados pela crise e, conseqüentemente, como alvo de ataque por parte dos neoliberais para lidar com as diminuições das taxas de lucro e a inflação.¹²

Nesse quadro, o lugar das políticas sociais está em um “Não Lugar”, pois não faz parte da agenda desse tipo de capital.(...) O único interesse que esse tipo de capital tem em relação às políticas sociais é na transformação dos sistemas públicos de aposentadoria (de repartição) em sistemas privados, de capitalização, como forma de amealhar mais recursos para suas atividades especulativas (MARQUES, 2015, p. 18).

A erosão do Estado de Bem Estar caminha com a crise estrutural do capital, levando alguns autores a apontar o surgimento, de uma “nova questão social”, ao vislumbrarem o desemprego, a pobreza e a exclusão como problemas permanentes nessa nova fase. Seria uma metamorfose da questão social, no sentido de que os supranumerários não são sequer explorados, dificultando ver como poderiam exercer qualquer pressão sem ocupar setores nevrálgicos da vida social.¹³

Martins (2003) crítica o uso do termo “excluídos”, bastante utilizado por autores que propõem a crítica à sociedade contemporânea. Enquanto operário é classe social, excluído não tem correspondência com sujeito de destino.

Operário é uma categoria sociológica substantiva, relativa ao efetivo e objetivo sujeito social e histórico, sujeito de contradições, que personifica possibilidades históricas, que é o trabalhador assalariado. (...) O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico (MARTINS, 2003, p. 30-31).

permanente e ao desdobramento gradual.

¹² “A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior” (BEHRING, 2006, p. 12-13).

¹³ “A volta histórica proposta mostrará que o que se cristaliza na periferia da estrutura social – sobre os vagabundos antes da Revolução Industrial, sobre os ‘miseráveis’ do século XIX, sobre os ‘excluídos’ de hoje – inscreve-se numa dinâmica social global. (...) Qual é o limiar de tolerância de uma sociedade democrática para o que chamarei, ao invés de exclusão, de invalidação social? Tal é, a meu ver, a nova questão social” (CASTEL, 2009, 33-34).

Já para Rosanvalon (1998), os métodos para lidar com a questão social típicos do Estado Providência se tornam agora inapropriados. As diferenças entre os membros da sociedade impedem que eles percebam a nação como uma classe de risco homogêneo. Portanto, a saída apontada pelo autor recai em transitar, frente a nova questão social, do Estado Providência passivo, que indeniza o desemprego, para um Estado Providência ativo (ou Estado de Serviços), de inserção pelo trabalho, com relevância para o terceiro setor, e baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individualizadas.

A crítica dirigida aos autores que falam em nova questão social, geralmente se ancora nas contradições do capitalismo já apontadas por Marx (1984). Na lei geral de acumulação capitalista o trabalho, ao criar mercadorias e riqueza, cria a si mesmo como classe obsoleta, ampliando o Exército Industrial de Reserva e a pobreza. Esta é a matriz do que veio a ser denominado “questão social” e, ligada à própria lógica de produção e reprodução do capitalismo, não é passível de superação nos marcos dele.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominantes (NETTO, 2001, p. 45).

Desse modo, a questão social não estaria presa aos trinta anos gloriosos e nem se configuraria como algo novo após crise dos anos 70. Isso não implica ignorar as novas roupagens assumidas pela questão social na contemporaneidade, mas sim

“(…) apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao mesmo tempo em que aprofunda-se sua radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida das classes subalternas” (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Pelo exposto, percebe-se a transitoriedade do Estado de Bem Estar Social e sua restrição geográfica, bem como, sua incapacidade de sanar definitivamente a questão social, com a manutenção da ordem do capital. Este problema figura de forma ainda mais grave na periferia, como é o caso brasileiro.

3 Padrões de Dominação Externa e Formação Nacional: dependência e desigualdade estruturais

Existe uma relação entre o padrão de dominação externa engendrado pelo capitalismo a partir do centro e o modo pelo qual este é absorvido¹⁴ e se desenvolve na periferia. No Brasil, o Golpe Civil-Militar de 1964 é expressão do cariz contrarrevolucionário¹⁵ das burguesias e da dinâmica assumida pela luta de classes, consolidando um capitalismo que se desenvolve acirrando os nexos de dependência¹⁶ e as mazelas do subdesenvolvimento. Com isso, o uso dos fatores de produção obedece uma lógica imediatista e de alto rendimento, resultando em superexploração da força de trabalho, desigualdade social e depredação ambiental.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses dispares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência (FERNANDES, 2005, p. 435).

Portanto, o processo de formação nacional, a Revolução Burguesa e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil respondem aos impulsos oriundos do capitalismo em escala global e aos padrões de dominação externa¹⁷ daí imanados, repondo e funcionalizando a heteronomia e os profundos níveis de segregação social (e racial),

¹⁴ A despeito do capitalismo dependente responder a contingências que o estimulam de fora para dentro, só é assimilável se reconhecido que sua reprodução também se dá de dentro para fora, através dos homens, das classes sociais (FERNANDES, 1975)

¹⁵ A análise da Revolução Burguesa no Brasil como uma contrarrevolução, que trava a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada e consolida a dupla articulação (dependência externa e desigualdade interna) como estruturas essenciais à reprodução do capitalismo dependente, é desenvolvida por Fernandes (2005), destacadamente no capítulo 7.

¹⁶ “A dependência, assim, seria uma situação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra à qual está subordinada, o que se expressaria no fato de a economia dominante poder expandir-se autossustentadamente – de forma contraditória e dialética, como característico do capitalismo – enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma constringida pela situação de dependência, tendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento” (CARCANHOLO, 2013, p.193-4).

¹⁷ Fernandes (1975), que será utilizado como principal referência para a construção deste tópico, trabalha com quatro padrões de dominação externa: colonial, neocolonial, imperialismo e imperialismo total, respectivamente. Apesar das modernizações e mudanças trazidas por cada uma dessas fases, em todas se reproduz a dependência e a desigualdade com raízes no período colonial e no escravismo.

oriundos e típicos do período colonial.

3.1 Dominação Colonial: capitalismo e escravidão

Não é possível conceber a colonização brasileira desvinculada da história do comércio europeu e do capitalismo comercial – do processo de acumulação primitiva/originária de capital.

[...] Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar ‘era dos descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu PRADO JÚNIOR, 1970, p. 22).

A própria utilização do regime de trabalho escravo no Brasil obedece a essa mesma lógica de acumulação.

Em termos da apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna apresentava muito pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e á forma de trabalho) a qual conta durante muito tempo, como um negro ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (FERNANDES, 1977, p. 15).

A colonização aparece, então, como desdobramento da exploração puramente comercial e da montagem de uma sociedade nova para este fim. A célula colonial (latifúndio – monocultura – trabalho escravo), que marcará indelével e profundamente a constituição do Brasil colônia e a evolução do povo brasileiro é, portanto, fruto da própria expansão capitalista em sua fase mercantil e do padrão de dominação colonialista,¹⁸ orientando para interesses alheios o sentido da formação nacional e impondo a segregação racial/social como algo essencial a isso (PRADO JR., 1970).

3.2 Dominação Neocolonial: independência e abolição

O período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), é de dominação externa neocolonialista.¹⁹

¹⁸ “O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino- americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado ‘antigo sistema colonial’. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político” (FERNANDES, 1975, p. 13).

¹⁹ Durante esse curto período “[...] A dominação externa tornou-se largamente indireta. [...] A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os ‘produtores’ de bens

Ao novo padrão de dominação externa corresponde, internamente, a formação do Estado Nacional,²⁰ via ruptura do estatuto colonial, e o início do processo de abolição da escravatura (ambos essenciais para a apreensão da formação das classes sociais no Brasil). A independência punha então, lado a lado, um elemento revolucionário (ansioso por despojar a ordem social colonial e seus caracteres heteronômicos) e um elemento conservador (querendo preservar uma ordem social – escravocrata - que não tinha condições de fazer florescer uma nação) (FERNANDES, 2005).

Aqui reside a anatomia de importantes frações da burguesia brasileira: o ventre mercantil com sua identidade pragmática e oportunista, bem como, as instituições inerentes ao terreno político estabelecendo os alicerces para seu domínio, com a utilização do Estado para fins particulares como “imperativo histórico”, já que a economia do país não possibilitava alterações estruturais súbitas sem incorrer em regressão econômica fatal (FERNANDES, 2005).

A abundância de terras tornava necessário oferecer grandes vantagens materiais aos livres para que eles pudessem trabalhar, fazendo com que os nacionais livres e libertos fossem taxados de vadios e vagabundos pelos senhores. Ao mesmo tempo, no período neocolonial o latifúndio monocultor ainda era a base da economia nacional. Daí a relação entre o fim do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras, formatando um processo em que classe trabalhadora e reforma agrária são vistas como antípodas. Portanto, nessa primeira fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as mudanças ocorridas vão muito mais no sentido de conservar o poder político de uma classe do que romper com os traços oriundos do colonialismo e da escravidão.

3.3 Dominação Imperialista: dependência e superexploração

primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno” (FERNANDES, 1975, p. 15).

²⁰ Para Fernandes (2005; 1975), ao período de dominação neocolonial corresponde a primeira fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a eclosão de um mercado capitalista moderno. O caráter contraditório da Independência, conservando muitos elementos do passado colonial, não impediu que uma parte da renda antes destinada à colônia fosse internalizada, ensejando a diversificação de atividades e o impulso à abolição.

Com a reorganização da economia mundial pós Revolução Industrial, o capitalismo europeu articula-se em novas bases com as economias periféricas, impondo a partir de finais do século XIX um novo padrão de dominação externa: a imperialista.

[...] As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica na América Latina. [...] Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas (FERNANDES, 1975, p. 16-17).

Internamente, a fase inaugurada por esse novo padrão de dominação corresponde à emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir do último quartel do século XIX o mercado nacional transfigura-se por completo, operando cada vez mais como agente de intensificação da vida econômica e impulsionador da industrialização, sem romper a dependência e a profunda desigualdade. A industrialização e o desenvolvimento capitalista nesse momento davam-se pela adaptação e absorção positiva das pressões impostas pelas economias hegemônicas, levando à associação com interesses e firmas estrangeiras e reduzindo os mecanismos internos de auto-controle e defesa, além de funcionalizar a coexistência entre o setor arcaico e o moderno (SAMPAIO JR., 1997).

3.4 Imperialismo Total: contrarrevolução e padrão autocrático de dominação burguesa

Tais problemas ganham contornos ainda mais nítidos conforme o imperialismo se desenvolve, destacadamente a partir de meados dos anos 1950. Fernandes (1975) trata esse momento como um novo padrão de dominação externa, denominado imperialismo total, tendo como correspondência a irrupção do capitalismo monopolista no Brasil.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc (FERNANDES, 1975, p. 18).

A partir de meados dos anos 1950, a expansão dos Investimentos Diretos Estrangeiros por parte das Empresas Transnacionais dos centros do capitalismo e a

internacionalização dos mercados internos dos países periféricos, foram tornando cada vez mais explícita a dificuldade destes últimos em conciliar capitalismo, democracia e autonomia nacional.

Isso porque a revolução burguesa brasileira se dá pela associação das burguesias nativas com o imperialismo e contra as classes subalternas. Dessa maneira, apresenta baixo conteúdo de nacionalismo e democracia, e consolida o Brasil, a partir de 1964, como um país preso num permanente processo de contrarrevolução, que reforça as estruturas em que se apoiam a burguesia nativa para sua relativa autonomia e manutenção de seu padrão de consumo: a dependência e a desigualdade (FERNANDES, 2005).

A dominação externa produz, portanto, uma especialização geral da nação como fonte de excedente econômico e acumulação de capital para as nações avançadas e para a manutenção dos privilégios da burguesia interna (FERNANDES, 1975), haja vista que se contrapor aos interesses imperialistas (visando romper a dependência externa) e ampliar o conteúdo democrático (com redução da desigualdade social), colocariam em risco a própria existência do capitalismo no país e, por conseguinte, a hegemonia das burguesias nativas.

4 Considerações Finais

Debater as políticas sociais como meio de sanar a questão social perpassa debater o próprio Estado burguês e suas políticas enquanto agente de emancipação da classe trabalhadora em relação ao capitalismo. Isso fica claro ao perceber os limites geográficos e históricos do Estado de Bem Estar Social, e a permanência da questão social como algo intrínseco ao modo de produção capitalista e sua dinâmica. Ademais, percebe-se que desenvolvimentos capitalistas distintos impedem que o o Estado de Bem Estar se reproduza na periferia, onde a formação nacional leva ao paroxismo as expressões da questão social – senão pontual e conjunturalmente.

Como visto, os distintos padrões de dominação externa e as correspondentes transformações internas combinam uma série de mudanças que permitem ao Brasil, em seu processo de formação nacional, transitar de uma economia colonial para um capitalismo monopolista. Contudo, tais avanços modernizantes são operacionalizadas

repondo e funcionalizando dois elementos centrais do período colonial: a dependência externa e a segregação social interna. Essa dupla articulação é explorada ao máximo pelo modelo de Revolução Burguesa no Brasil – atrasada - que tem *status* contrarrevolucionário e de redução das franjas democráticas, consolidando um padrão autocrático de dominação burguesa em um capitalismo dependente.

Por conseguinte, as políticas sociais no Brasil só podem atuar na medida em que não comprometam esses pilares, tendo seu alcance determinado pela dinâmica do capitalismo em âmbito global e pelas vicissitudes internas que variam de acordo com a conjuntura internacional, seja no que tange à formação do fundo público, seja no que diz respeito à dinâmica da luta de classes.

Se a efetivação das políticas sociais para a garantia de direitos depende das condições econômicas e das forças sociais em disputa, percebe-se que no caso brasileiro as condições econômicas para a delimitação das políticas sociais são marcadas pela dependência externa; e a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho (frutos da herança colonial e do desenvolvimento capitalista brasileiro sob égide de padrões de dominação externa), faz com que uma parte significativa do valor gerado internamente seja direcionado para os países centrais.

Já as forças sociais em disputa, ou a constituição das classes sociais internamente e o padrão da luta de classes, têm forte imbricação com o período escravocrata, contribuindo para a consolidação de um padrão autocrático de dominação burguesa e o rebaixamento do padrão de vida da classe trabalhadora, com a superexploração da força de trabalho como *modus operandi* por excelência do capitalismo brasileiro, subdesenvolvido.

Portanto, é visível que no Brasil a balança da concorrência intercapitalista e do conflito de classes pende muito favoravelmente para o capital, externa e internamente, reduzindo drasticamente o alcance das políticas sociais e, por consequência, a envergadura dos direitos sociais passíveis de se materializarem por essas políticas. Isto é, ainda que seja pertinente e essencial a luta constante por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, apostar nas políticas sociais para debelar as mazelas do capitalismo brasileiro, é confiar que as burguesias estrangeiras estão dispostas a abrir mão de seu padrão de existência; e que as burguesias nativas estão abertas à suplantarem o capitalismo possível na periferia, o capitalismo dependente e subdesenvolvido.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Roseteiro. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 38, 2016.

BEHRING, Elaine Roseteiro. Fundamentos da Política Social. In: MOTA, Ana Elisabete *et al* (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. [s.l.]: Abepss, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

COIMBRA, Marcos. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: Abraches, S. et al. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Global, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: ABEPSS. **Temporalis**. Brasília: Abepss/Grafline, ano 2, n. 3, 2001.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 7-21, jul./dez.2015.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. **Temporalis**. Brasília: Abepss/Grafline, ano 2, n. 3, 2001.

PEREIRA, P. A. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., SILVA, V. R. (orgs). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

_____. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PISÓN, José Martínez de. **Políticas de Bienestar: un estudio sobre los derechos sociales**. Madrid: Editorial Tecnos, 1998.

PRADO JÚNIOR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROMERO, Ricardo Montoro. Fundamentos Teóricos de la Política Social. In: BRACHO, Carmem A.; FERRER, Jorge G. **Política Social**. Madrid: McGraw-Hill, 1998.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1997.

_____. O impasse da “Formação Nacional”. In: FIORI, José Luis (org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.